

Geopolítica, Portugal e a Grande Guerra

Coronel
Carlos Manuel Mendes Dias



1. Átrio*

Com esta comunicação pretendemos dar a conhecer algum do pensamento geopolítico e correspondentes teorizações explicitadas publicamente, quer em conferências quer na forma de artigos e livros, em tempos anteriores à Grande Guerra (GG) e que, de alguma maneira, se fizeram revisitar em diversos pontos de contacto gerados no conflito.

O exercício será executado evitando a exaustão, dado o contexto da sua realização^[1]. Em acréscimo, «tocaremos em Portugal» e identificaremos alguns factores que, no nosso caso, corporizam racionalidade das opções tomadas, com base em contextualização propiciada por reflexão de natureza geopolítica/geoestratégica.

Preparando o ataque e utilizando munições da História, recordava a existência de um Sistema Político Internacional (SPI) multipolar, forjado no Congresso de Viena (Outubro de 1814 a Junho de 1815)^[2], com a pentarquia obtida à custa da Grã-Bretanha, da Prússia, da Rússia, da Áustria e da França, e que chegou a 1914, pese embora fosse perdendo flexibilidade e, como tal, tendendo para um sistema a três: Alemanha, Rússia e França^[3].

A reunião em Viena, para além de procurar o retorno ao poder das famílias reais e correspondentes tronos, vítimas da acção napoleónica, materializou em mapa uma nova configuração política europeia.

O sistema veio a induzir as alianças de todos conhecidas, quer a «*Entente Cordiale*», quer a «Tríplice Aliança» que, no fundo, era tradução do designado «equilíbrio europeu», à altura.

2. A Geopolítica em Pensamento

Iniciemos então: em 1899/1900, o jurista e professor de Ciência Política e de História, de origem sueca, *Rudolf Kjellen* (1864-1922), utiliza o termo «Geopolítica» pela primeira vez, tendo vindo a terreiro dar-lhe significado na forma escrita no ano de 1916, em obra publicada, elaborada com base num curso público intitulado «Estado como forma de vida. Elementos de uma teoria empírica do Estado» e ministrado em 1908 (Dias, 2012); estávamos então a falar da «Ciência do Estado, enquanto organismo geográfico, tal como se manifeste no espaço» (Dias, 2010, p. 76), reiterando a ideia do ente estatal como um organismo, promovida anteriormente (1897) pelo geógrafo alemão, cumulativamente formado em farmácia e zoologia, *Friedrich Ratzel* (1844-1904).

Tal manifestação biológica, de natureza colectiva, adopta processos idênticos às de índole individual, de um ser vivo isoladamente considerado e racional, também marcado pela realidade histórica, por ela influenciado e, ao mesmo tempo, dando conta de a influenciar, até porque aquela tipifica-se pela existência de interacções perfeitamente distintas, plasmando diferentes interesses defendidos por, também, diferentes agentes (Dias, 2010).

Para o sueco, a junção «geo+política» significava e simultaneamente induzia a ideia primacial da base geográfica do Estado e, em particular, o ambiente onde convive, sem esquecer os recursos que dele emergem. Aliás, é no quadro da sua teoria sobre o Estado que identifica as suas cinco ramificações ou componentes, importando destacar para este texto a componente móvel e central, denominada «Demopolítica» e o território, vinculativo, por um lado, do organismo estatal e, por outro, sua plataforma espacial, através da qual progredia no sentido do Império; é o objecto da «Geopolítica».

Em síntese, o território aparece como verdadeiro elemento integrador do Estado; a «geopolítica é a ciência do território» (Martins, 1996; Dias, 2010, 2012; Painter e Jeffrey, 2009, Claval, 1996).

Diferenciando Estado de Nação, tal como se diferenciam conteúdos entre geografia física e as etnias em contexto de geografia humana, pondera com maior peso o primeiro, associa o sentimento nacional ao segundo, surgindo esse «sentir», não só como corolário de padrões culturais superiores, mas também como condição de sobrevivência do animal estatal; consulta-se em *Truyol y Serra*: “A morte do Estado polaco é um exemplo escolar de «anemia perniciosa» na vida do Estado. A morte encontrava-se já no coração desse Estado, cujo sentimento nacional se tinha extinguido” (Apud Rodrigues, 1968, p. 14), referenciando *Kjellen* e a sua obra datada de 1916 (p. 106-108).

Ainda a propósito das reflexões do docente sueco, importaria dar conta, respigando dos postulados, quatro, segundo os quais os Estados experimentavam a vida, ou seja: i) teriam direito à procriação, à expansão que as leis naturais e a sua própria força determinassem; ii) seria legítima a utilização da força por necessidade de sobrevivência; iii) os povos devem encontrar na expansão do território, de acordo com as leis da evolução natural e com o direito natural do espaço, o seu dogma, o seu ponto

fundamental de fé; iv) um Estado só pode almejar a ser uma grande potência se possuir grande território/espço, coesão interna e força capaz de garantir tal elemento de união (Dias, 2010).

As reflexões organicistas, diríamos, extremadas de *Kjellen*, agarram amarras em pensamento anterior, como já dito. Referimo-nos a *Ratzel*, outro determinista, mas organicista em menor grau, que na sua obra de 1897^[4] entende expressamente o Estado como um organismo que concatena elemento de humanidade num determinado espaço e, por consequência, caracterizado por específicos povos e solos; de facto, a sua forma de pensar sustenta-se, em grande medida, pela verificação da perene existência, em todo o «tempus» histórico destes dois elementos, isto é, o Homem e o Solo.

Os povos, percebidos como conjuntos políticos de grupos e de indivíduos (Chauprade e Thual, 1998, p. 605), identificavam-se e diferenciavam-se, reforçavam ou fragilizavam elos de ligação, conforme o território em que habitam.

Por óbvia imanência, é, então, o espaço (*Raum*) o *leitmotif* preponderante da diferenciação dos seres, dos organismos «Estados», não somente pelas diferentes tipicidades que os diferenciam, mas também pela própria distribuição dos povos - posição - (*Lage*) por esses territórios.

Autor do conceito de «*Raumsinn*» (sentido de espaço), o professor alemão de geografia, em 1901^[5], reforça a primazia e a importância do espaço, anunciando as sete leis geográficas do crescimento territorial dos Estados, abrindo portas às opiniões que definem o seu pensamento de expansionista e influenciando com clareza o sueco «inventor» do termo «Geopolítica» e os pressupostos já por nós referenciados.

Permitam apenas exemplificar à custa de cinco daquelas determinações: i) “o aumento da dimensão espacial dos Estados acompanha o desenvolvimento da sua cultura”; ii) “a expansão de um Estado inicia-se com a fusão e absorção de unidades menores”; iii) “um Estado, à medida que cresce, tende a anexar regiões valiosas sob o ponto de vista político ou económico”. Aqui, o valor configura-se, não somente em território prolífero em recursos, mas também decorrendo da sua localização/posição e das vantagens que propicia; iv) “a absorção reforça a tendência para a expansão o que confere maiores possibilidades para a subsequente conquista de mais espaço”; v) “a fronteira, como órgão periférico de um Estado, evidencia a sua vitalidade ou dinamismo; as fronteiras são, portanto, variáveis e dinâmicas, reflectindo a força expansiva dos Estados” (Dias, 2010).

Friedrich Ratzel concebe, igualmente, o conceito de «Espço Vital» (*Lebensraum*), entendido como aquele necessário ao ser político «Estado» para se realizar na plenitude e, portanto, aqueles seres conflituavam na procura de mais território; neste contexto, uma das maiores descobertas da ciência, a selecção natural, é aplicada. Na luta, só os mais fortes resistiriam, tendo como prémio a sobrevivência.

As suas reflexões por aqui não pararam, emitindo a opinião que, mais tarde, a própria Ordem Internacional reflectiria a existência de Estados/entidades políticas ancorados em grandes espaços, pronunciando-se sobre a eterna interacção entre a epirocracias e as

talassocracias, com vantagem para as primeiras, por maior riqueza em recursos.

Em contexto, ainda antes da concepção escrita das leis de crescimento mencionadas, escreve, no ano de 1900, a obra «No Mar, fonte de poder dos povos», tendo proposto/apoiado a criação de uma poderosa frota alemã – programa alemão do Almirante *Tirpitz*^[6] –, essencialmente, à custa de couraçados, de forma a criar a capacidade de romper putativos bloqueios à intenção de se aceder a mares abertos e controlar pontos essenciais para o comércio mundial, como sejam os canais e estreitos (Dias, 2012).

Cumulativamente, importa dar conta que a este agregado de reflexões não seriam alheios os escritos do Almirante *Mahan* (1840-1914), a propósito do poder marítimo, particularmente trazidos à colação no período compreendido entre 1890 e 1910^[7].

Permitam-nos provocar a habitual amnésia sobre estes esquisitos assuntos, para recordar que “(...) aspecto importante, na Alemanha da época, era a preocupação nova, mas intensa, de expansão sobre os oceanos (a qual, mais tarde, viria a motivar Guilherme II^[8] a propor a Nicolau II^[9] a partilha dos espaços marítimos, segundo a qual o Kaiser ficaria com o título de «Almirante do Atlântico» e o Czar com o de «Almirante do Pacífico»)” (IAEM, 1982, p. 26 e 27).

Relembre-se, em simultâneo, ao tempo, a primazia inglesa nos mares e consequente controlo, bem como a verificação da importância desse domínio para a Inglaterra se ter tornado na primeira potência mundial; complementarmente, os escritos atentam na constatação do esforço francês em «correr» para o elemento líquido e a concretização do cenário que indicaria o Mediterrâneo Ocidental como futuro «lago francês», alavancando a previsão de *Ratzel* sobre o avanço e conquista francesa de Marrocos e reacção alemã marcada pela hostilidade. E não só.

É sabido do acordo efectuado com algum secretismo entre a Grã-Bretanha e a França relativamente à divisão do «trabalho militar», bem materializado em 1912; aos ingleses competia assegurar a liberdade de circulação e a segurança do Canal do Mancha e, por consequência, do Mar do Norte, enquanto a França concentrava esforços no Mediterrâneo.

Em boa verdade, tal combinação entre aqueles actores não produziu ou, pelo menos, não devia ter produzido espanto, na justa medida em que já se tinham posto de acordo, formando a «*Entente Cordiale*», em 1904, mitigando desentendimentos relativos a Marrocos e ao Egipto.

Quer *Ratzel* quer *Kjellen* terão influenciado o actor alemão, quer no que se refere ao papel que este deveria possuir no mundo e na Europa, em particular, quer no que concerne a opções de política externa, já para não considerar a utilização dos conteúdos teóricos por parte de outros pensadores ou teorizadores.

Importa ainda dar conta da opinião veiculada por *Ratzel* relativa à possibilidade de concretização de um futuro dominado por grandes territórios (resultante da sua visita aos

EUA), de alguma forma adoptada pelos diferentes responsáveis europeus – “*Todas as monarquias europeias tinham a crença comum de que a posse de grandes territórios imperiais eram a medida do seu poder e grandeza. Enquanto as colónias da Grã-Bretanha e da França estavam bem longe, para lá dos oceanos, os territórios dos Habsburgos e dos Romanov estavam mesmo aqui ao lado*” (Hastings, 2014, p. 24).

Afirme-se a curiosidade, ou nem por isso, que o sueco fundador considerou a derrota alemã na GG como facto «*contra natura*»⁽¹⁰⁾.

A veiculada, directa e indirectamente, superioridade alemã, concebida também de forma teórica e, portanto, usando ciência para sua justificação, nunca foi facilitadora relacional com outros actores do SPI, marcadamente, com outros impérios, como o russo e os seus constitutivos povos.

O biólogo, historiador, geógrafo e professor inglês *Halford Mackinder* (1861-1947) concebeu e publicou, em 1904, o modelo de dinâmica de poder, à escala mundial, conhecido como a Teoria do «Pivot Geográfico da História», e da vantagem do Estado que ocupasse esse território teria na busca do domínio mundial.

O pensamento de *Mackinder* assentou na análise da dialéctica «mar-terra» (*Leviatã versus Behemoth*), que não esqueceu assuntos de recursos disponíveis e de comércio, nos factores da geografia física e nas capacidades de projecção de poder e de garantia de manutenção das integridades territoriais. Neste último contexto, atentava o pensador no advento dos caminhos-de-ferro, fragilizando o monopólio da importância dos mares naquelas extensões.

De facto, a importância dos caminhos-de-ferro, particularmente no que se refere à mobilidade de forças militares, já tinha sido provada pelos prussianos, em 1848, por altura da tentativa revolucionária, bem como pelas tropas francesas, quando tais carris usaram em terras do Norte italiano, no ano de 1859, para se confrontarem com efectivos da Áustria (Gray, 2007)⁽¹¹⁾.

No momento temporal da materialização de tal esforço intelectual, importa dar conta do afastamento, ainda, diplomático da Rússia face a Inglaterra (situação que só começa a sofrer metamorfose mais tarde, em 1907, com a formalização de um acordo que resolvia diferendos respeitantes a territórios afegãos e persas), da realidade de existência de elos da mesma tipologia estabelecidos com os franceses⁽¹²⁾, da aliança factual, desde 1892, do Japão com a Inglaterra (Dias, 2010), do crescimento do poder naval alemão e, assim, a Alemanha, ocupando uma posição central em terreno europeu, simultaneamente constituindo-se como o mais apetrechado poder terrestre no mesmo espaço, criava condições para ir na busca dos mares e poder «ameaçar» o controlo inglês dessa fonte estrutural de poder⁽¹³⁾.

Por outro lado, acresce referência para a força dos impérios europeus à altura e a verificação da conflitualidade como elemento típico das interacções entre os diferentes agentes da «vida internacional» (Dias, 2010). Aliás, em confirmação desta última

caracterização, e logo após quinze dias sobre a apresentação do corpus teórico de *Mackinder*, a armada japonesa ataca e arrasa frota russa, fundeada em *Port-Arthur*, espoletando a munição que inicia a guerra russo-japonesa, perdida pelos primeiros, já nos idos de 1915 (Tratado de Portsmouth, Agosto de 1905)^[14].

Respigando, o modelo proposto pelo inglês sustentava-se na constatação da existência “de uma grande massa continental dominante e da possibilidade de vir a ser controlada por uma potência continental, a partir da conquista, unificação ou desenvolvimento de uma região interior, totalmente continental” (Dias, 2010, p. 103), inacessível aos poderes marítimos, seca (duras condições climáticas), possuindo boas condições de mobilidade terrestre – zona de estepes – e configurando também boas possibilidades do ponto de vista económico.

Em síntese, território que, posicionalmente, era equivalente, no Mundo, à localização alemã na Europa, praticamente inexpugnável e que, desde que controlado, permitia a expansão para o restante da Eurásia (Europa + Ásia). Nesta área «pivot» (Figura 1) se inscrevia o território russo^[15] e a massa continental dominante era a Eurásia, como já percebido.



Figura 1 – O *Pivot* Geográfico da História

Para esta pequena intervenção importa apenas dizer que na periferia do «*Pivot*» encontramos o Crescente Interior ou Marginal, com componentes oceânicos e continentais, integrando países como a China, a Alemanha, a Índia, a Áustria e Portugal, entre outros.

Para lá do Interior, teorizou-se também a propósito do Crescente Exterior, abundante em potências marítimas, destacando-se os EUA, a Grã-Bretanha, o Japão, e outros.

Concretizando-se a possibilidade da Rússia se constituir hegemónica do ponto de vista terrestre, *Mackinder* avisava os britânicos das consequências que a situação poderia induzir na potência marítima. Por outro lado, não tendo os russos a capacidade de, por si só, dominarem a periferia, a aliança franco-russa assumiria coerência e lógica.

Abra-se aqui parêntese que a mesma associação se cobria de igual coerência e semelhante lógica, invertendo putativas intenções dos países envolvidos, isto é, os receios russos relativos à tendência expansionista do poder alemão constituíam ponderosa razão para tal aliança. Seja como for, está justificada, deste ponto de vista, a Dupla Entente.

Aliás, a Alemanha de Bismarck até colocou território de amortecimento na direcção da França, certamente tendo em conta a possibilidade futura, que se concretizou, do empenhamento em duas frentes; de facto, a anexação da Alsácia e Lorena permitia espaço e correspondente tempo a oeste do rio Reno; os escritos de Versalhes forçaram a Alemanha a devolver o terreno.

Se o cenário se traçasse no sentido de uma aliança entre a Rússia e os designados Impérios centrais – estaríamos a referir uma aliança germano-austro-russa e consequente pendor para as hegemonias terrestres, não esquecendo que, na GG, esses impérios escoraram a Tríplice Aliança, de certo modo dando conta do elo umbilical que os ligava –, teríamos uma situação em que o Estado-Pivot teria criado as condições para se expandir decisivamente para os mares «ocupando» o Crescente Interior, não só com o ganho em recursos, mas também em infraestruturas como portos, e obrigaria à reacção equilibrante que poderia tomar a forma de uma aliança entre a Grã-Bretanha, a França, a Itália e o Japão^[16].

Fazendo esforço de memória, lá podemos desencantar as aspirações de um dos impérios centrais, o austro-húngaro, de integrar nos seus domínios, pelo menos, parte significativa do Adriático; em 1908, decapitou a Turquia da Bósnia-Herzegovina e, assim, não só bloqueou a Sérvia de aceder ao elemento líquido como garantiu a posse de uma plataforma terrestre para acções ofensivas a desenvolver contra o estado eslavo.

Em complemento, enfatizar da importância das interacções entre os «seres» da «Área *Pivot*» e dos «Crescentes» e do interesse gerado, em contexto das alianças feitas na GG,

pela permanência da associação Grã-Bretanha/França, seja qual o comportamento da variável russa.

Ainda neste contexto relacional, certamente se enquadrariam outras matérias que suscitavam ou o poderiam fazer desavenças, tais como a religião ou, por exemplo, entre a Rússia e a Alemanha, velhas querelas como os eslavos *versus* os germânicos ou ainda a existência da geografia física como campo de aplicação do choque; é a Turquia e a sua localização, sempre e de novo. Aprofundaremos mais à frente.

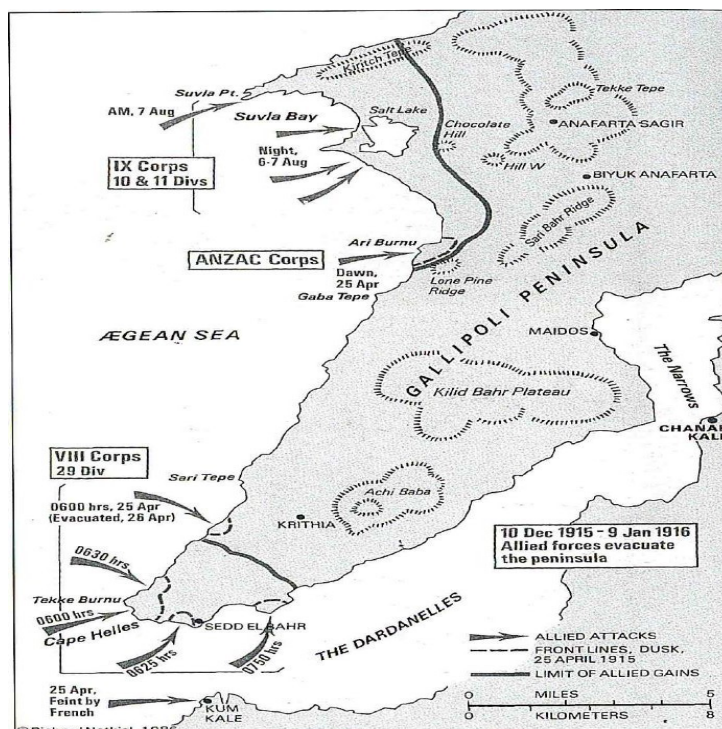
Faz sentido referência à sua segunda teoria ou aperfeiçoamento da primeira, que começou a enformar-se com as preocupações de *Mackinder* a serem transferidas da Rússia para a Alemanha, logo a partir de 1906 e consubstanciadas em livro datado de 1911, e depois constituindo-se como componente nuclear da evolução teórica plasmada em livro no ano de 1919, contextualizada já pelo desaparecimento dos três grandes impérios e pelo afundamento da Alemanha, a que se soma a fragilização do Japão e o aparecimento da Sociedade das Nações, sem os Estados Unidos da América.

Recordaríamos agora que a Rússia nunca aceitaria que o controlo do gargalo do Dardanelos, porta do Negro e imanente acesso ao Mediterrâneo, caísse nas mãos da Alemanha, nem que fosse pela realidade de que 37% das exportações russas por aí viajavam (Hastings, 2014, p. 43)^[17].

A intenção alemã plasmou-se para os russos quando os seus serviços secretos militares apresentaram os responsáveis do Czarato com um memorando secreto alemão, onde se verificava da vontade dos responsáveis em Berlim em controlar os Dardanelos (Hastings, 2014, p. 44)^[18].

A questão do estreito de Dardanelos também se colocou e por ela se batalhou – batalha de Gallipoli – no quadro da GG, quando as forças russas, no final de 1914, apresentavam já grande dificuldade do ponto de vista dos recursos materiais, incluindo na sua reposição, comprometendo a manutenção da frente oriental para os aliados, importante no evitar da concentração dos efectivos da Triplíce Aliança numa só frente, no teatro europeu.

Emergiu urgente a necessidade de reforçar os russos, sendo o mar a única opção, tal como a designada rota do mar Negro. Neste sentido impunha-se operação ofensiva contra a Turquia, com o objectivo de tomar os estreitos no seu controlo. Só por curiosidade, a operação (em boa verdade a segunda, dado que a primeira não resulta) teve o seu início no dia 25 de Abril de 1915 e foi marcada pelo insucesso (Campanha de Gallipoli; figura 2).



Fonte: (Forty, 2002, p. 140)

Figura 2 - Campanha de Gallipoli

O requisito evidenciado no parágrafo anterior conduz-nos com facilidade para o campo de análise da mobilização e pensamento sobre a sua maior/menor facilidade, incluindo-se quesitos de coordenação, consoante espaços territoriais se constituam contíguos (caso dos impérios centrais) ou não (exemplo da «Entente»).

3. Portugal

A preponderância portuguesa noutros tempos e a manutenção das suas consequências, ou seja, a garantia da integridade e posse dos territórios portugueses além-mar, particularmente, Angola e Moçambique, importantes também, naquele momento, para os movimentos aliados, essencialmente, britânicos^[19], a posição geográfica de Portugal, e suas características, isto é, projectante para mares abertos, necessário apoio para a circulação marítima, incluindo a comercial - integrando-se também aqui o posicionamento geográfico de Angola e de Moçambique -, e a realidade de termos apenas um vizinho e mais poderoso, na fronteira terrestre - questões que se associam directamente com a nossa relação estreita e em grande medida, com grau de subordinação e, se calhar, de lógica inferioridade, com a potência marítima inglesa, que terão determinado o posicionamento final português, sintetizado, pela beligerância e consequente não neutralidade, contrariando conselho britânico no que se refere à primeira.

A questão relativa ao vizinho terrestre, sempre delicada, não podia mais uma vez deixar de ser considerada, até porque *Churchill* chegou a admitir o apoio a Espanha em caso de anexação de Portugal, tendo mesmo sido avançado pelo ministro *Edward Grey* ao rei espanhol, em 1913, que tal movimento interno na península já não conflituaria com o interesse britânico (Gómez, 2003, p. 37).

Realisticamente, a Espanha, por monárquica à altura, suscitava maior empatia com a coroa, bem reforçada não só pela sua capacidade militar bem acima da portuguesa, mas também pelo valor funcional que a sua posição geográfica propicia, quer no Atlântico quer no subsidiário Mediterrâneo.

Tudo isto conjugado com os efeitos tectónicos na estrutura do equilíbrio de poder, à altura, designadamente traduzidos nos crescimentos japonês, alemão e norte-americano e correspondente enfraquecimento do nosso tradicional aliado, obriga a concluir sobre a naturalidade do putativo novo posicionamento britânico sobre a «união ibérica».

A enunciada contextualização acabou por forçar Portugal a beligerar do lado aliado, onde figurava então a Grã-Bretanha, mas também a França, importante para Portugal, por equilibrador no caso da dúvida inglesa e por afirmar da ostracização portuguesa na reconfiguração futura e de estar presente no concerto das nações em caso de vitória e na partilha dos despojos, caso a opção fosse a já mencionada não-beligerância^[20].

4. Final

Chegados até aqui, julga-se que decorre do texto a influência, embora a diferentes escalas, da geopolítica/geoestratégia, nas decisões e iminentes comportamentos, dos diferentes intervenientes na designada «vida internacional».

Verificámos também, embora parcialmente, dada a índole da intervenção, que o estudo e ilações dele retiradas a propósito de factores associados à geografia física (ex. dimensões territoriais, localização/posição, acesso a mares abertos e outros) e humana (etnicidade, efectivo populacional) com óbvias ligações a matérias como a circulação, os recursos naturais, a técnica e tecnologia, a economia, a história e/ou estruturas sociais, podem tipificar ou melhor, ajudar a construir concepções de dinâmicas de poder, discutíveis, certamente, mas eivadas de racionalidade e, por isso, se explicadas, também compreendidas e, de alguma maneira, antecipadas, com as óbvias vantagens que daí podem surgir.

Parece então inteligível a amarra portuguesa a quem controla os mares, que se tornou constante, dada a sua necessidade de garantir a liberdade de circulação, quer por razão de comércio, mas sobretudo por *leitmotiv* de descontinuidade territorial; e a nossa incapacidade, a partir de determinada altura, fez assumir a tal constância.

A mitigação dessa amarra feita de língua inglesa traduzida na eventual anexação do

nosso território pelo nosso único vizinho terrestre forçou à prudente cautela de corresponder à exigência francesa e assim, derramámos sangue, reciclado na possibilidade de salvaguardar os nossos interesses no final.

E mesmo para acabar, e sobre o «valor» da geopolítica, permitam-nos citar Bessa e Dias (2007, p. 15): *“As diversas Idades do Gelo e do Fogo, que não passam de horizontes culturais que vão do bronze e do cobre aos chips de dentes de alumínio, apenas reenviam para o caixote do lixo da história, outras espécies dispensáveis e dispensadas de pisar o solo. (...) Sendo uma disciplina científica que trabalha em prol da Ciência Política, que pode fazer a Geopolítica? Em primeiro lugar dar-nos um conhecimento íntegro sobre o planeta nos seus aspectos políticos menos agradáveis. E em segundo, dar-nos a hipótese de traçar quadros para o pior, oferecendo-nos o melhor, propiciando-nos os instrumentos para analisar, sem enganos e sem vãs desculpas.*

Com a mesma facilidade com que foi entendida, em tempos e em determinadas conjunturas, de Ciência para a Guerra, de Ciência para a Paz, a Geopolítica pode ser percebida também como a Ciência para os Equilíbrios e, no fundo, com o conhecimento projectado sobre representações, percepções e realidade, oferece-nos matrizes e modelos caracterizados pela inteligibilidade, ferramenta principal da compreensão.

Conhecem melhor utensílio para começar a escavar um projecto claramente humano?

É como tal que nós a entendemos e é justamente com isso que nos congratulamos”.

Bibliografia

BESSA, António Marques; DIAS, Carlos Manuel Mendes - *O Salto do Tigre. Geopolítica Aplicada*. Lisboa: Prefácio, 2007. ISBN 978-989-8022-28-8.

CHAUPRADE, Aymeric; THUAL, François - *Dictionnaire de Géopolitique*. Paris: Ellipses, 1998.

DIAS, Carlos Manuel Mendes - Caracterização do Sistema Internacional. *Prælium*. Amadora: CAVE. ISSN 1645-8826, N.º 7 (2007), p. 27-44.

DIAS, Carlos Manuel Mendes - *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Prefácio, 2010. ISBN 978-972-8816-74-2.

DIAS, Carlos Manuel Mendes - *Geopolítica. Velhas mas novas aproximações e o contrário*. Aveiro: Mare Liberum, 2012. ISBN 978-972-8046-20-0.

FORTY, Simon [Ed] - *World War I. A Visual Encyclopedia*. London: PRC Publishing Ltd., 2002. ISBN 0 86288 487 X.

GRAY, Colin S. - *War, Peace and International Relations*. London: Routledge, 2007. ISBN

0 41538 639 X.

GUIBERT, Martin - *A Primeira Guerra Mundial*. Vol. 1. Trad. Francisco Paiva Boléo. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

GÓMEZ, Hipólito de la Torre - Uma ruptura no equilíbrio peninsular (1898-1914). *Portugal, Grande Guerra 1914-1918*. Aniceto Afonso e Matos Gomes [Coord]. Lisboa: 2003, p. 34-37.

HASTINGS, Max - *Catástrofe. 1914: a Europa vai à guerra*. Trad. José Pires e Maria da Fé Peres. Rio Tinto: com todas as letras, 2014. ISBN 978-989-668-235-4.

IAEM - *Origens e Evolução Histórica do Pensamento Geopolítico: Síntese Histórica*. ME 71-00-00. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares, 1982.

MACKINDER, Halford John - The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*. London. Royal Geographical Society. Vol. XXIII, Nº 4 (1904), p. 421-437.

MARTELO, David - Guerra em África. Colónias alemãs. *Portugal, Grande Guerra 1914-1918*. Aniceto Afonso e Matos Gomes [Coord]. Lisboa: 2003, p. 145-147.

* Com base na comunicação apresentada no colóquio, realizado no dia 11 de Novembro de 2014, na Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, na cidade de Leiria, dedicado à temática geral «Portugal e a Grande Guerra».

^[1] Não nos aproximaremos, por exemplo, das teorizações de Vidal de Blache (1845-1918), de Brunhes (1869-1930), de Vallaux (1880-1933), de Alfred Thayer Mahan (1840-1914).

^[2] O Tratado de Paris (30 de Maio de 1814) ditou os termos da paz alcançada, incluindo as indemnizações a pagar pela vencida França.

^[3] “De qualquer maneira, importa mencionar as inúmeras erupções violentas e perturbadoras, induzidas pelas correntes da revolução, do nacionalismo ou do sentimento nacional e que se foram plasmando na inaplicabilidade da famosa declaração de Luís XIV «L’État c’est moi», culminando na criação de novos Estados, como a Grécia e a Sérvia (1829), a Bélgica (1830), Roménia, Bulgária, Noruega e nas conseqüentes e conseqüências das guerras balcânicas e da unificação da Alemanha, antes uma manta de 37 retalhos” (Dias, 2007, p. 34). De igual modo, acresce referências para a unificação de Itália e para Guerra Civil norte-americana, com a

vitória do Norte e iminentes consequências ao longo de praticamente todo o século XIX.

^[4] — «Politische Geographie».

^[5] — “Au sujet des lois d’expansion spatiale des États”.

^[6] — “Em 13 de Junho de 1914, Wilhelm II, o Kaiser, visitou Konopiste [castelo na Boémia, um dos locais preferidos do imperador Austro-Húngaro Franz Ferdinand] acompanhado pelo grande almirante Alfred von Tirpitz, (...)” (Hastings, 2014, p. 22).

^[7] — “Sobre política internacional, o Almirante americano viu as suas opiniões determinadas por quatro realidades geopolíticas, (...). A segunda realidade geopolítica - o Império Russo - demonstra, em simultâneo, das potencialidades e das fraquezas do poder terrestre, verificável pela constante ansiedade e tentativa de expansão do Império em direcção aos mares «quentes» e pela existência de dois grandes tipos de obstáculos: as condições geográficas naturais e o poder marítimo, que de acordo com o autor, referenciado por Sprout e Sprout «(...) na altura (1900) era representado pela Inglaterra» (Apud Rella, 1968, p. 8)” (Dias, 2010, p. 145). “Por curiosidade (...) nos domínios de Castela, Carlos I (Carlos V da Áustria), casado com a nossa Isabel de Portugal, irmã de D. João III, no longínquo ano de 1536, mandou estudar a construção de um canal que permitisse a ligação entre o Atlântico e o Pacífico - o tal «choque point» artificial, à falta de um natural; afinal o notável almirante norte-americano Alfred Thayer Mahan (...) não terá sido o primeiro” (Dias, 2007, p. 32 e 33).

^[8] — Último Imperador Alemão e Rei da Prússia (1859-1941).

^[9] — Pertencia à Casa Real dos Romanov. Último «Imperador» da Rússia; em simultâneo, acumulava os títulos de Grão-Príncipe da Finlândia e de Rei da Polónia (1868-1918).

^[10] — “(...) na medida em que reconhecia ao povo alemão, quer uma superior aptidão para organizar e dinamizar o espaço (sentido de espaço), quer a sua necessidade de espaço, na lógica da noção de espaço vital” (Dias, 2010, p. 84).

^[11] — “The first railway was built in Britain in 1825, connecting Stockton and Darlington; Liverpool and Manchester were connected in 1830. The first major railway in France had been completed in 1828 (...). The Anglo-French expeditionary force in the Crimea constructed a light railway to connect the harbour at Balaclava with the troops inland (Gray, 2007, p. 58).

^[12] — *“A nova relação da França com a Rússia começou em 1894, quando os dois governos assinaram uma convenção militar, que derivava da convicção de que nenhum dos países poderia sozinho aspirar a enfrentar a Alemanha, que representava uma ameaça comum (...). Depois disso, os franceses enviaram grandes empréstimos para São Petersburgo, sobretudo para financiar a construção de ferrovias estratégicas. A França tinha muitos laços culturais com a Rússia, simbolizados pelos Ballets Russes de Diaghilev, uma das jóias de Paris. As estreitas relações militares, conhecidas como a Dupla Entente, evoluíram progressivamente: em 1901, os russos acordaram com os franceses que os respectivos exércitos iriam controlar os alemães 18 dias após qualquer declaração de guerra. O dinheiro francês serviria para financiar um grande programa de rearmamento; (...). Em tempos de paz o Exército do Czar era o maior da Europa; tinha 1 milhão e 420 mil homens, podendo aumentar até 5 milhões com a mobilização de efectivos” (Hastings, 2014, p. 47 e 48).*

^[13] — *“Na Grã-Bretanha, romancistas e colunistas, bem como almirantes e parlamentares, reflectiam os receios britânicos de uma supremacia naval germânica, acrescidos, no princípio do Verão de 1914, por notícias da abertura iminente do canal de Kiel, que permitiria aos navios alemães movimentarem-se com segurança e rapidez desde o Mar Báltico até ao Mar do Norte” (Gilbert, 2007, p. 35).*

^[14] — Relembrando também a Guerra dos Boers (1899-1902).

^[15] — *“A Rússia tinha a maior produção agrícola da Europa, produzindo tantos cereais como a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha juntas” (Hastings, 2014, p. 44).*

^[16] — *“ (...) e onde «(...) a Península Indiana teria uma importância fundamental (IAEM, 1982, p. 43), dado o sub-factor localização” (Dias, 2010, p. 105 e 106).*

^[17] — *“São Petersburgo aceitava a (fraca) supervisão otomana, mas o domínio alemão. No entanto, este era um objectivo fundamental da política externa do Kaiser. Os Jovens Turcos que tomaram o poder em Constantinopla em 1908 aceitaram a ajuda alemã, e os conselheiros (especialmente militares) para o seu esforço de modernização do país. O ponto de vista de Berlim, percebe-se nas palavras de Wilhelm quando o general Liman von Sanders partiu para comandar a guarnição de Constantinopla, em 1913: «Constitua um novo exército forte que obedeça às minhas ordens». A nomeação de Liman para a Turquia provocou consternação em São Petersburgo. O presidente da Duma pediu a Nikolai II para agir com ousadia por forma a arrancar os Dardanelos dos otomanos antes que os alemães o fizessem: «O estreito tem de ser nosso. A guerra será bem recebida, e elevará o prestígio do governo». Numa reunião do Conselho de Ministros russo, realizada em Dezembro de 1913, os ministros da Marinha e da Guerra foram questionados sobre a disponibilidade dos seus serviços para o combate, e a resposta foi que «a Rússia estava perfeitamente preparada para um duelo com a*

Alemanha, para não falar de um outro com a Áustria” (Hastings, 2014, p. 44).

^[18] — *“Parece um exagero sugerir, como o fazem alguns historiadores, que os russos queriam começar uma guerra em 1914 para ganhar aproximação ao Mar Negro. Mas estavam certamente dispostos a lutar para evitar que os alemães o fizessem” (Hastings, 2014, p. 44).*

^[19] — *“Ao iniciar-se a guerra, a Alemanha possuía, no continente africano, quatro colónias: Togo, Camarões, Sudoeste Africano e África Oriental (Tanganica). Os territórios que confinavam com estas colónias pertenciam a países com os quais a Alemanha estava em guerra desde Agosto de 1914 – Grã-Bretanha, França e Bélgica – ou viria a estar algum tempo mais tarde (como foi, nomeadamente, o caso de Portugal, relativamente a Angola e a Moçambique” (Martelo, 2003, p. 145). No sentido de reforçar as tropas em Niassalândia, a Grã-Bretanha solicitou, logo em 13 de Agosto de 1914, a Portugal, autorização para uma força militar passar pelo território de Moçambique.*

^[20] — *Importa dar conta, neste contexto, que os únicos países europeus que se mantêm neutrais são os escandinavos, a Suíça e a Espanha. O motivo de partilha de despojos também constitui razão de peso para outros países assumirem posições ou abandonarem posicionamento de neutralidade; são exemplos, a Itália, a Roménia, a Grécia e mesmo o Império Otomano.*